

# NONNA

Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XVI | Número 198

## Prêmio reconhece desempenho do TRT-PR na prestação de serviços



*Tribunal é homenageado pelo trabalho realizado por seus magistrados e servidores, ressalta a presidente do TRT do Paraná*

### **Ordem do Mérito Judiciário**

Desembargadores Rosemarie Diedrichs Pimpão e Ricardo Tadeu Marques da Fonseca são homenageados pelo Tribunal Superior do Trabalho.

► PÁGINA 4

### **Segurança**

Tribunais do Paraná discutem atuação conjunta nas Unidades Paraná Seguro (UPS). Representantes do Judiciário debateram com o conselheiro do CNJ Ney José de Freitas a necessidade de um trabalho mais próximo às UPS.

► PÁGINA 6

*Troféu entregue ao TRT do Paraná pelo Prêmio Excelência*

# Processos em fase de recurso ordinário são conciliados

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) comemora o sucesso dos primeiros meses de funcionamento das tentativas de acordo em processos que estão na fase de recurso ordinário. As audiências são realizadas no Juízo Auxiliar de Conciliação (JAC), em Curitiba, e são marcadas por um sistema de pauta eletrônica, em que as próprias varas do trabalho incluem o processo na pauta após uma das partes entrar com pedido de recurso ordinário sobre a sentença. Antes do processo seguir para distribuição nas Turmas do Tribunal, nova tentativa de acordo é feita pelo Juízo Auxiliar de Conciliação.

As audiências em processos que estão na fase de recurso ordinário iniciaram no dia 18 de junho. Nos dois primeiros meses, o JAC conciliou 56% das 217 audiências realizadas, somando R\$ 4.396.426,59 em valores acordados. Isso significa dizer que 122 processos deixaram de seguir para análise do Tribunal. "Ganha o trabalhador, que teve seu processo encerrado e receberá mais rapidamente por aquilo que lhe é devido. Ganha a empresa, que reduz seu passivo trabalhista, além de melhorar a rentabilidade do negócio, pois hoje o custo do processo é maior que os juros de qualquer aplicação. Ganha a sociedade, que terá uma Justiça mais célere e ganha o país que tem o custo Brasil diminuído", explica a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão.

A presidente ressalta "a importância de disseminar a cultura da conciliação para alcançar a paz social".

Para este mês de agosto estão agendadas, pelo sistema de pauta eletrônica, 266 audiências. A nova ferramenta é capaz de separar as audiências pelo nome das partes e respeita os horários marcados para os advogados, de forma que não se repitam em salas diferentes. Juntamente com a pauta eletrônica, também está sendo feita a liquidação da sentença pela Assessoria Econômica do Tribunal, para que as partes tenham noção dos valores envolvidos.

 Marcos Dias

# Convênio com universidades permite atendimento gratuito

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná e o Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba) assinaram, em 26 de julho, convênio de colaboração que permitirá o atendimento a pessoas carentes que sejam parte em ações trabalhistas, por meio do Núcleo de Prática Jurídica. O convênio também tem o objetivo de criar condições básicas para a instalação e operação de um Polo Avançado de Conciliação Trabalhista, destinado à tentativa de solução de conflitos.

O Unicuritiba é o primeiro a aderir ao convênio de colaboração, que já foi disponibilizado às demais instituições de ensino jurídico.

 Bruno Calzavara

## Expediente

### Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Vice-Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Corregedor Regional:

Desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior

Diretor-Geral:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretária-Geral da Presidência:

Angelica Maria Juste Camargo

Secretária-Geral Judiciária:

Ana Cristina Lavalle

Assessor de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Fernando Alves

Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

Redação:

Fernando Alves, Flaviane Galafassi e Nelson Copruchinski

Estagiários:

Bruno Calzavara, Leticia Gabriele e Marcos Dias

Fotografia:

Inara Passos e Luiz Munhoz,

Revisão:

Fernando Alves, Flaviane Galafassi e Nelson Copruchinski

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

500 exemplares

Disponível no site do TRT

[www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br)

Impressão:

Gráfica Adescryn

Sugestões e opiniões para o NONA:  
Assessoria de Comunicação Social do TRT  
Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar  
CEP 80.420-010 - Curitiba-PR  
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171  
[ascom@trt9.jus.br](mailto:ascom@trt9.jus.br)

### Missão do TRT-PR

"Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão".

### Visão do TRT-PR

"Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista".

# TRT-PR se destaca no Prêmio Excelência

*Prêmio retrata o reconhecimento do trabalho realizado no TRT do Paraná por seus magistrados e servidores*



Troféu entregue ao TRT do Paraná

Sete varas do Trabalho do Paraná ficaram entre as 50 que mais conciliam no País, segundo relatório emitido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) no Prêmio Excelência da Justiça do Trabalho, realizado em 27 de junho, em Brasília. A Vara do Trabalho de Bandeirantes, no Norte do Paraná, classificou-se em nono lugar, Santo Antônio da Platina, em 13º, Cianorte, em 15º, Marechal Cândido Rondon, em 16º, Assis Chateaubriand, em 17º, 3ª VT de Maringá, em 46º, e Ivaiporã, em 49º lugar.

A classificação foi realizada conforme o número de conciliações homologadas em relação ao total de processos julgados (sentenças proferidas na fase de conhecimento, incluídas as homologatórias de acordo e excluídas as decisões em embargos de declaração). A relação número de conciliações x processos julgados da Vara de Bandeirantes ficou em 72,3. O primeiro lugar foi para a Vara de Videira, em Santa Catarina, com índice de 85,9.

O Prêmio também reconheceu os tribunais que cumpriram as metas estabelecidas nacionalmente. A Justiça do Trabalho do Paraná julgou, no ano passado, 119.639 processos no 1º Grau e 52.194 no 2º Grau, ultrapassando a meta número 3 estabelecida pelo CNJ, de julgar quantidade igual ao de processos novos e parte do estoque. Em 2011, foram protocoladas 117.205 novas ações trabalhistas no Paraná e autuados 40.232 novos recursos. Com 106,7% das metas cumpridas, o TRT-PR alcançou o segundo lugar, demonstrando o empenho dos magistrados e servidores paranaenses, cujo desempenho destaca a instituição no cenário nacional.

Para a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, o prêmio retrata o reconhecimento do excelente trabalho realizado no TRT-PR por seus magistrados e servidores. De acordo com ela, o fato de o TRT-PR ficar em segundo lugar no ranking nacional de cumprimento das metas na Justiça do Trabalho (precedido pelo TRT-RJ) demonstra o cuidado e o comprometimento em oferecer uma Justiça eficiente. "O TRT-PR, mesmo antes do estabelecimento das metas do CNJ, vem criando condições administrativas e jurídicas para agilizar a tramitação dos processos. A própria criação da Secretaria de Planejamento, Estratégia, Gestão e Estatística é de 2010 (meta 1)". A Comissão de Conciliação, hoje Núcleo de Conciliação, também é exemplo de tais ações.

O TRT-PR tem se destacado nacionalmente nos últimos anos pelo trabalho que vem realizando, principalmente no incremento à conciliação. Em 2011, a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, recebeu menção honrosa pela iniciativa, quando vice-presidente do TRT-PR, de tentar acordo nos processos que estão na fase de admissibilidade de recurso de revista.

*Flaviane Galafassi*

MELHORES RESULTADOS		
CLAS.	VARA DO TRABALHO	CONC / PROCESSO
1	1ª VT de Videira-SC	85,9
2	1ª VT de Canoinhas-SC	79,2
3	1ª VT de Estância Velha-RS	77,8
4	1ª VT de Poá-SP	75,2
5	1ª VT de Carpina-PE	75,1
6	1ª VT de Monteiro-PB	73,4
7	1ª VT de Chapecó-SC	73,1
8	1ª VT de São João de Meriti-RJ	73,1
9	1ª VT de Bandeirantes-PR	72,3
10	2ª VT de Taquara-RS	72,3
11	1ª VT de Araguari-MG	71,0
12	1ª VT de Igarassu-PE	70,3
13	1ª VT de Sto Antº da Platina-PR	69,9
14	2ª VT de Itapecerica da Serra-SP	69,8
15	1ª VT de Cianorte-PR	69,7
16	1ª VT de Mal. Cândido Rondon-PR	69,3
17	1ª VT de Assis Chateaubriand-PR	69,0
18	1ª VT de Itaquaquetuba-SP	68,7
19	1ª VT de Sapiranga-RS	68,4
20	2ª VT de Mogi das Cruzes-SP	68,4
46	3ª VT de Maringá-PR	64,4
49	1ª VT de Ivaiporã-PR	64,0

# TST homenageia personalidades com a Ordem do Mérito Judiciário

O Tribunal Superior do Trabalho realizou, no dia 8 de agosto, a cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. Entre os homenageados estão a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, que recebeu a medalha do grau Grande Oficial, por indicação do ministro Fernando Eizo Ono, e o desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca (grau Comendador), por indicação do ministro Maurício José Godinho Delgado.

"Tudo que realizamos é sempre pensando em melhorar o mundo para que todo o trabalho possa estimular as gerações futuras a trabalhar de forma muito dedicada como nós trabalhamos", ressaltou a presidente do TRT-PR.

Para o desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, receber a comenda "é um estímulo para continuar estudando, discutindo, ensinando e aplicando o Direito do Trabalho".

Entre os homenageados presentes estavam o deputado Marco Maia (PT-RS), presidente da Câmara dos Deputa-



*Desembargadores Ricardo Tadeu da Fonseca e Rosemarie Pimpão*



*Presidente do TRT-PR recebe homenagem*

dos, a cantora Ivete Sangalo e o ex-jogador de futebol Bebeto. Como instituição, o Centro Cultural Banco do Brasil também foi homenageado.

O evento foi coordenado pelo ministro João Oreste Dalazen, presidente do TST e do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. Foram condecorados autoridades, magistrados, advogados, empresários e profissionais de diversas áreas.

Criada em novembro de 1970 pelo TST, a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho destina-se a homenagear personalidades civis e militares, nacionais ou estrangeiras, que tenham se distinguido no exercício de suas profissões e se constituído em exemplo para a coletividade. São agraciadas também as pessoas que, de algum modo, tenham contribuído para o engrandecimento do país, internamente ou no exterior, da Justiça do Trabalho ou de qualquer ramo do Poder Judiciário, do Ministério Público ou da advocacia, além de instituições civis e militares.

## Encontro incentiva a educação ambiental

A necessidade da implantação de uma educação ambiental mais ativa, com a interação de todos os setores à temática da sustentabilidade, foi ressaltada na Carta Aberta, redigida durante o IV Encontro de Multiplicadores, realizado em junho, e entregue em 21 de julho à Presidência do TRT-PR. "Os trabalhos realizados pelo engajamento desses magistrados e servidores são de extremo valor ao desenvolvimento e disseminação da educação ambiental", disse o vice-presidente do TRT-PR, desembargador Altino Pedrozo dos Santos.

Realizado nos dias 31 de maio e 1º de junho no TRT-PR, o encontro reuniu 110 multiplicadores de todo o Tribunal. A presidente da Comissão, desembargadora Ana Carolina

Zaina, explica que o objetivo é a "conscientização e sensibilização dos multiplicadores quanto à importância de sua ação na unidade de trabalho, aperfeiçoando as atividades desenvolvidas, bem como proporcionar a troca de experiências entre os participantes, buscando motivá-los para a divulgação e ampliação de atividades socioambientais no Regional".

Com um formato diferente, o encontro abriu mais espaço para o compartilhamento de experiências, atendendo as solicitações dos participantes dos anos anteriores.

*Marcos Dias*



**II** Semana  
Institucional  
da Magistratura

II Semana Institucional da Magistratura  
da Justiça do Trabalho do Paraná

A magistratura da Justiça do Trabalho  
paranaense reúne-se em um dos mais  
importantes eventos do TRT do Paraná

**LOCAL:** Plenário do TRT-PR  
Alameda Carlos de Carvalho, 528  
Curitiba - Paraná

24 a 28  
SETEMBRO  
2012

No dia 24 de setembro, às 14 horas

# Tribunais do Paraná discutem atuação conjunta nas Unidades Paraná Seguro

Por iniciativa do conselheiro Ney José de Freitas, realizou-se em 9 de agosto reunião entre integrantes dos Tribunais do Paraná e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para elaborar um plano de ação conjunta do Poder Judiciário nas Unidades Paraná Seguro (UPS).

Representantes da Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Justiça Estadual debateram com o conselheiro do CNJ a necessidade de um trabalho mais próximo às UPS, garantindo que as comunidades atendidas pelo programa tenham um rápido acesso à justiça.

“O TRT-PR disponibilizou local para a reunião bem como parcela de contribuição dentro da sua seara de atuação para garantir efetividade à ação conjunta”, afirmou a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão.

O conselheiro do CNJ e presidente da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania do CNJ, desembargador Ney José de Freitas, explicou que o objetivo das UPS é estender o acesso à cidadania para toda a comunidade e por isso mesmo a necessidade de uma participação mais efetiva do Poder Judiciário.

O representante do Tribunal de Justiça na reunião, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação, enalteceu a iniciativa do Conselho Nacional de Justiça e afirmou



Representantes dos tribunais do Paraná reunidos com o conselheiro Ney Freitas

que o TJ poderá ampliar o projeto já existente na instituição relacionado às UPS, incrementando a proposta do CNJ.

O juiz federal Friedmann Wendpap apontou a necessidade de injunções junto ao INSS para viabilizar maior acesso à cidadania.

Houve exitosa adesão por todos os segmentos do Judiciário do Paraná em relação à proposta apresentada.

*Bruno Calzavara*

## Encontro de gestores no Tribunal

Compondo o programa de Desenvolvimento Gerencial de 2012, a Escola Judicial do TRT-PR promoveu, no dia 13 de agosto, o II Encontro de Gestores da Área Administrativa.

O professor da FAE Wagner Weber ministrou a palestra “Planejamento Estratégico x Gestão Estratégica”, na qual explicou que “as pessoas estão acostumadas a cumprir suas responsabilidades de forma rotineira e, com isso, não param para planejá-las estrategicamente”. Ele ressaltou ainda que “todos os funcionários precisam conhecer e entender a missão e os valores da instituição em que trabalham, para que em seguida possam avaliar de que forma podem melhor contribuir”. Assim, o professor elogiou a iniciativa do TRT em abrir espaço para a discussão do planejamento estratégico.

O desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca falou sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado e sobre as atividades da Comissão de Acessibilidade do TRT-PR. “O nosso TRT tem um papel primordial por ser

o primeiro tribunal a instituir a formação de servidores na Língua Brasileira de Sinais, para o atendimento de pessoas surdas, e ter o primeiro juiz cego do Brasil”, disse o desembargador Ricardo Tadeu.

Além disso, chamou atenção para a situação da empregabilidade das pessoas com deficiência. “Terá um dia em que o Tribunal irá fazer um concurso público voltado às pessoas com deficiência, que não têm oportunidades mas têm capacidade de assumir um emprego. Existem empresas privadas que já estão se adaptando e adotaram projetos que valorizam a diferença e encaixam o perfil profissional dentro da qualidade de cada pessoa. Como a Volvo, que descobriu que o surdo tem uma produtividade maior por não se desconcentrar. O profissional cego tem mais sensibilidade para coordenação das pinturas, por possuir o tato mais sensível”, ressaltou o magistrado.

*Leticia Gabriele e Marcos Dias*

# TRT se prepara para implantação do PJe

As preparações para a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) já começaram no TRT-PR. No dia 13 de agosto, aconteceu a reunião inicial da equipe de elaboração do Plano Integrado do Projeto (PIP). A data de entrega do PIP é 24 de agosto, o que viabilizará a execução das ações necessárias ao cumprimento do prazo para a implantação do novo sistema, estabelecido pelo CSJT, que se inicia em 19 de outubro.



*Grupo de magistrados e servidores responsável pela elaboração do Plano Integrado do Projeto*

O presidente da Comissão de Informática do TRT-PR, desembargador Ubirajara Carlos Mendes, abriu a reunião e desejou sucesso aos participantes da equipe. “Contamos com planejamento, profissionalismo e aprendizado anterior, e ainda com profissionais competentes, que vão além das suas obrigações”.

O gerente do projeto, Eduardo Rocha, explicou que o objetivo geral do projeto é implantar o PJe em um Órgão Julgador do TRT e em nove varas do trabalho do Estado. Os objetivos específicos incluem a implantação da estrutura tecnológica necessária para o funcionamento do PJe, instalação funcional do sistema, que permita o treinamento dos futuros usuários, e a implantação propriamente dita

do novo sistema nacional nas unidades definidas.

“As reuniões que teremos nas próximas duas semanas definirão, além do cronograma de atividades, temas mais específicos como as responsabilidades dos envolvidos com o projeto, os riscos e o plano de comunicação”, disse.

O Tribunal e a Vara de Pinhais serão os primeiros a receber o PJe-JT, em 19 de outubro. Após essa data, receberão o novo sistema as Varas do Trabalho de Araucária, Colombo, Irati, Ponta Grossa, Castro, Apucarana, Cornélio Procopio, Cascavel e São José dos Pinhais.

Até que todas as varas estejam com o novo sistema, o atual processo eletrônico em funcionamento na Justiça do Trabalho do Paraná continuará em operação. “Os processos que já estão tramitando no sistema antigo permanecerão dessa forma, pois não se permite, neste primeiro momento, migrar o legado para o PJe e desativar os sistemas nativos. Isso porque cada um dos 24 tribunais trabalhistas possuiu sistemas informatizados e ambientes próprios, e estes não se comunicam”, explica o desembargador Ubirajara Mendes.

*Bruno Calzavara*



*Desembargador Ubirajara Mendes e servidor Eduardo Rocha falam sobre o Processo Judicial Eletrônico*

## CNJ aprova criação de vagas de TI para o TRT-PR

O Conselho Nacional de Justiça aprovou, em 4 de julho, a criação de 87 vagas para o TRT-PR para a área de apoio especializado, especialidade tecnologia da informação, distribuídas entre técnicos e analistas.

Entendendo a necessidade do TRT PR, em um momento de implantação de processo eletrônico na justiça do trabalho, o relator do processo, conselheiro Gilberto Martins, defendeu a criação das novas vagas.

Estas vagas representam uma vitória da atual gestão que vem envidando esforços em prol da melhoria constante da qualidade dos serviços da justiça do trabalho no Paraná. O projeto segue agora para tramitação no legislativo.

# TRT do Paraná forma alunos surdos em projeto de inclusão digital

**N**ove alunos surdos concluíram em julho o Curso de Inclusão Digital Roberto Dala Barba, oferecido pelo TRT-PR a estudantes de baixa renda. Entre eles, Elaine Santos de Paula, que disse gostar muito do trabalho com informática. Por ser surda e utilizando a linguagem Libras, seus gestos foram traduzidos por Renato Vieira, intérprete especializado. “A vida de hoje exige isso. Como não tenho computador, estou usando computadores emprestados e o serviço das lan houses. Quando fiquei sabendo do curso no TRT, me inscrevi e hoje estou muito contente com o que aprendi. Tenho certeza de que vai me ajudar no futuro emprego. Agora tenho um instrumento muito bom que vai melhorar a comunicação com as pessoas”, expressou ela.

A cerimônia de formatura, realizada em 4 de julho no Tribunal, teve a interpretação do Coral Vozes do Instituto Londrinense de Educação de Surdos na execução do Hino Nacional. Na cerimônia, o desembargador Altino Pedrozo dos Santos, vice-presidente e presidente em exercício no período, parabenizou os formandos pela conquista e expressou sua gratidão aos professores que se dispuseram a compartilhar seus conhecimentos. A mesa ainda contou com a presença do desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, presidente da Comissão de Acessibilidade, do presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Amatra IX), Fabrício dos Santos Nogueira e da presidente da Universidade Livre para a Eficiência Humana (Unilehu), Andréa Koppe.

Para o desembargador Ricardo da Fonseca, que também é o primeiro magistrado cego do País, “quando o tribunal abre as portas para a comunidade dos surdos está dando um exemplo para as demais entidades. Elas devem ter a consciência de que a comunidade dos surdos está isolada, porque a maior parte da sociedade desconhece a Libras, língua oficial e de uso obrigatório no Brasil. Quanto ao judiciário, não faz mais do que a obrigação de conhecê-la e aplicá-la, sob pena de negar a jurisdição a cerca de 5 milhões de surdos que precisam exercer a cidadania na sua mais ampla concepção.”

Dirigindo-se diretamente aos formandos, o desembargador Ricardo da Fonseca disse que “a deficiência está na própria sociedade, que deve adaptar-se para receber os cidadãos, suprimindo-a e permitindo o exercício da cidadania, seja numa escola, num restaurante. Mas toda a deficiência física ou sensorial é barreira de caráter instrumental. Se aprendermos os métodos para trabalhar essa deficiência, não haverá limite para o progresso e inserção na sociedade.” “Só nossa competência vai fazer com que o mundo aprenda a lidar com essa barreira – que não é uma doença – e que nós somos cidadãos



Formandos durante a entrega dos certificados de conclusão do curso

Letícia Gabriele

como quaisquer outros. Somos pessoas competentes e, dados os instrumentos, poderemos exercer plenamente nossa cidadania como profissionais, pais, professores, etc.,” finalizou.

## ► PROJETO DE INCLUSÃO DIGITAL ROBERTO DALA BARBA

Promovido pela Comissão de Responsabilidade Socioambiental, o projeto de Inclusão Digital Roberto Dala Barba - que homenageia um desembargador já falecido, pioneiro da utilização de computadores no TRT do Paraná - existe desde 2005 e já repassou conhecimentos de microinformática e internet para diversos públicos. Este ano - assim como na última edição do projeto - o curso foi voltado à capacitação de pessoas com deficiência auditiva.

Os alunos foram encaminhados pela ONG Universidade Livre para a Eficiência Humana (Unilehu) e receberam, além do conteúdo de informática básica, uma cartilha sobre Direitos dos Trabalhadores e informações sobre Trabalho, Justiça e Cidadania. A turma que iniciou com 11 alunos, formou apenas nove: “dois dos nossos alunos precisaram parar o curso porque já arranjam trabalho, e isso nos deixa muito contentes porque é exatamente esse o intuito do projeto: inseri-los no mercado de trabalho”, explica a integrante da Comissão de Responsabilidade Socioambiental, Terezinha do Belém Schimuda.

O curso, que iniciou em maio deste ano, foi composto por uma carga horária de 40 horas/aula de matérias como: digitação, introdução à microinformática, internet e e-mail, word, programa trabalho e justiça e cidadania. Ainda contou com a participação de um instrutor, servidores voluntários do TRT, além do intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), Renato Vieira, que trabalha com a comunidade surda há 10 anos.

*Nelson Copruchinski*